

SOBRE A NECESSIDADE DE PARLAMENTARES NÃO ESCOLHEREM O PRÓPRIO SUBSÍDIO

Marcelo Pereira da Silva Junior¹

Resumo: O salário mínimo dos brasileiros reajustado para R\$ 1.100,00 a partir de 1º de janeiro de 2021 representa 3,2% do subsídio mensal parlamentar; há nesta circunstância um grande abismo salarial; concluímos que a solução para inibir tamanha desigualdade é retirar a competência do congresso de fixar idêntico subsídio para os deputados federais e os senadores, além de, descentralizando o poder, acrescer a impossibilidade de promulgarem atos legislativos que visem quaisquer benefícios pecuniários, de ressarcimento e afins com a finalidade de auxílio na própria atuação laboral. O artigo aborda, ademais, a riqueza e os gastos de políticos brasileiros.

Palavras-chave: Subsídio de Políticos no Brasil. Políticos Milionários. Descentralização do Poder.

ON THE NEED FOR PARLIAMENTARIES NOT TO CHOOSE THEIR OWN SALARY

Abstract: The minimum wage for Brazilians readjusted to BRL 1,100.00 as of January 1, 2021 represents 3.2% of the monthly parliamentary salary; in this circumstance there is a great wage gap; we concluded that the solution to inhibit such inequality is to remove the congressional competence to fix identical salary for federal deputies and senators, in addition to decentralizing power, adding the impossibility of promulgating legislative acts that aim at any pecuniary, reimbursement and similar benefits with the purpose of assisting in the work itself. The article also approaches the wealth and spending of Brazilian politicians.

Keywords: Salary of Politicians in Brazil. Millionaire Politicians. Decentralization of Power.

Considerações iniciais: a riqueza de políticos

Somente no primeiro turno de 2020 existiram o total de 1.158 milionários eleitos entre os mais de 5,4 mil prefeitos (MATOS, T., 2020); Airton Garcia (PSL) é, por sua vez, o prefeito eleito mais rico do Brasil tendo R\$ 440 milhões (KONCHINSKI, V., 2020). Entre 567 parlamentares eleitos em 2018, 48,85% declararam patrimônio superior a R\$ 1 milhão (PEREIRA, F., 2018); 133 deputados eleitos em 2018 declararam-se ser empresários conforme o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), além do mais, foram eleitos 26

¹ Professor da rede pública em Goiás. Graduado em Letras - Português e Inglês pela Faculdade Anhanguera de Valparaíso de Goiás. E-mail: marcelop.s.junior1769@gmail.com

professores, 26 servidores públicos e 32 militares, policiais e bombeiros (DAMÉ, L., 2018).

Entre os políticos milionários há:

Quadro I-

Nome	Partido	Unidade Federativa	Patrimônios
Alfredo Kaefer	PSL	Paraná	R\$ 108.581.709,91
João Gualberto	PSDB	Bahia	R\$ 68.224.677,60
Dâmina Pereira	PSL	Minas Gerais	R\$ 38.827.718,16
Rodrigo Pacheco	PMDB	Minas Gerais	R\$ 24.521.995,32
Edmar Arruda	PSD	Paraná	R\$ 21.573.936,04
Magda Mofatto	PR	Goiás	R\$ 20.972.443,86
Afonso Motta	PDT	Rio Grande do Sul	R\$ 19.035.011,69
Misael Varella	DEM	Minas Gerais	R\$ 18.746.099,70
Macedo	PP	Ceará	R\$ 18.059.313,20
Leonardo Quintão	PMDB	Minas Gerais	R\$ 17.896.869,33
Felipe Maia	DEM	Rio Grande do Norte	R\$ 15.488.385,08
Sérgio Zveiter	PMDB	Rio de Janeiro	R\$ 14.957.047,28
Jorge Côrte Real	PTB	Pernambuco	R\$ 14.449.563,79
Paulo Magalhães	PSD	Bahia	R\$ 14.046.149,19
Adail Carneiro	PP	Ceará	R\$ 13.180.000,00
Marinaldo Rosendo	PSB	Pernambuco	R\$ 13.026.174,80
Nelson Marquezelli	PTB	São Paulo	R\$ 12.279.100,44
Dilceu Sperafico	PP	Paraná	R\$ 12.246.244,09
Felipe Carreras	PSB	Pernambuco	R\$ 11.707.580,1
Miguel Haddad	PSDB	São Paulo	R\$ 11.383.318,30
Leopoldo Meyer	PSB	Paraná	R\$ 11.009.212,61
Carlos Gaguim	PODEMOS	Tocantins	R\$ 10.346.563,22

Bilac Pinto	PR	Minas Gerais	R\$ 9.538.385,98
Bonifácio Andrada	PSDB	Minas Gerais	R\$ 9.048.176,68
Izalci Lucas	PSDB	Distrito Federal	R\$ 8.903.714,51
Genecias Noronha	SD	Ceará	R\$ 8.745.029,24
Beto Mansur	PRB	São Paulo	R\$ 8.617.036,00
Silvio Torres	PSDB	São Paulo	R\$ 8.404.268,25
Celso Maldaner	PMDB	Santa Catarina	R\$ 8.316.425,28
Cláudio Cajado	DEM	Bahia	R\$ 7.876.713,48

Fonte: Engler, 2017, p. 144-145

João Claudino Fernandes foi fundador do Grupo Claudino, um dos maiores conglomerados empresariais do país, foi segundo Vice-Presidente do Conselho de Administração da Construtora Sucesso S.A., diretor Comercial da COLON - Cia. de Equipamentos Rodoviários, diretor Superintendente da SOCIMOL - Indústria de Colchões e Móveis Ltda, diretor Comercial da Claudino S.A. Lojas de Departamentos, (GONÇALVEZ, C., 2010); em 2010, Claudino declarou ao TSE que era dono de R\$ 623,5 milhões, a Construtora Sucesso, empreiteira do Grupo Claudino é a responsável pela realização de outras obras públicas no Nordeste, a saber, em 2009 a companhia assinou contratos de R\$ 289 milhões com o Governo do Estado. Em 2012, a empreiteira firmou dois contratos com o Governo Federal, em um total de R\$ 155,3 milhões. De 2002 a 2014, a construtora de Seu João obteve o recebimento de R\$ 33,3 milhões em empréstimos do BNDES. Há a cidade de Joca Claudino na Paraíba, anteriormente chamada Santarém, a alteração de nome deveu-se a uma homenagem ao pai de João Claudino Fernandes, João Claudino Sobrinho (Joca Claudino), feita em 27 de dezembro de 2010; há, ademais, a ponte João Claudino Fernandes que deve ser finalizada até agosto de 2021.

Marcelo Beltrão de Almeida declarou ao TSE ser dono de um patrimônio de R\$ 740,4 milhões em 2014, declarou um patrimônio de R\$ 83 milhões à Justiça Eleitoral em 2006; foi eleito duas vezes vereador de Curitiba, em 1992 e 2000, conforme Marcelino (2016, pág. 38): “Cargos centrais no governo estadual, na Prefeitura de Curitiba e no poder judiciário sempre

estiveram associados às ambições e os interesses desses grupos, ligados a grandes investimentos imobiliários e a grandes empresas.”

Marcelo é filho de Cecílio do Rego Almeida nascido em 1930 conhecido pela apropriação irregular de uma fazenda de 4,5 milhões de hectares de terras públicas no Pará sendo maior caso de grilagem do Brasil; o PL 6167/2009 de autoria do deputado André Vargas (PT-PR) que homenageia o empresário foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o trecho da rodovia BR-277 que liga a cidade de Paranaguá a Curitiba, no Estado do Paraná, passa a ser denominado “Rodovia Cecílio do Rego Almeida”. André Vargas (PT-PR) e seu irmão Leon Vargas foram condenados por lavagem de dinheiro na compra de uma casa em Londrina (PR).

Blairo Borges Maggi foi governador do Mato Grosso de 2003 a 2010 possui uma fortuna estimada em US\$ 960 milhões; Eraí Maggi, primo de Blairo, planta 380 mil hectares de grãos, acresce que somando os 203 mil hectares de Blairo com os 380 mil de Eraí há a extraordinária soma de 583 mil hectares sob a posse direta da família, no Mato Grosso. Dois mil hectares a mais que a área total do Distrito Federal (CASTILHO, A. L., 2012, p. 15- 98). Para a PGR e o ministro Fachin, existem indícios de que Blairo Maggi está envolvido nos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Ele é citado, ao lado do deputado federal Zeca do PT (o Pescador), nas delações de João Antônio Pacífico Ferreira e Pedro Augusto Carneiro Leão Neto, como tendo recebido recursos ilícitos. Blairo foi apontado pela PGE como líder de organização criminosa (CAMARGO, M., 2021; METRÓPOLES, 2017)².

O deputado empresário Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ) eleito deputado na 56ª legislatura declarou R\$ 2.475.701,00 de bens, em seu gabinete em 2021 há 31 pessoas, sendo 25 ativas; vale salientar que deputados possuem o direito a passaporte diplomático para si e seus dependentes, Aureo emitiu para seu cônjuge em 29/10/2019, e para os seus dois filhos, um em 06/12/2019 e o outro em 06/12/2019; somente de cota para exercício da atividade parlamentar Aureo Ribeiro custou 281.750,2036 em 2020; em 2019 Ribeiro fizera uma viagem de missão oficial a Genebra de 16/06/2019 a 22/06/2019 cujas diárias foram de 8.517,20 R\$, e passagens de 5.896,26R\$; em outra viagem de 07/12/2019 a 12/12/2019 a Las Vegas, Ribeiro gastou 9.351,80 R\$ de diárias e 6.922,86 R\$ de passagens; de 24/11/2018 a 02/12/2018 Ribeiro

² Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/justica/fux-abre-inquerito-contra-blairo-maggi-por-organizacao-criminosa-no-mt?amp>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

fez outra viagem de missão oficial para Nova Iorque cujas diárias foram de 8.260,40. Ribeiro foi eleito como deputado do Rio de Janeiro em três legislaturas consecutivas: da 54ª legislatura (2011-2015) até a 56ª legislatura (2019-2023).

Damião Feliciano declarou R\$ 1.089.248,00 de bens em 2018; de 2010 a 2014 Damião teve uma evolução patrimonial significativa: de 818.530,57 a 1.235.988,27 em bens declarados; em seu gabinete pessoal há, na 56ª legislatura no ano de 2021, 21 pessoas neste ano, sendo 20 ativas atualmente. São funcionários que trabalham para o mandato parlamentar, em sua maioria ocupam o cargo de secretário parlamentar, são contratados e demitidos livremente pelo deputado para trabalhar em Brasília ou estado de origem, o gabinete pode possuir até 25 secretários, pagos pela verba de gabinete, além de funcionários cedidos por outras áreas da câmara; Damião foi eleito como deputado da Paraíba da 51ª legislatura (1999-2003) até a 56ª legislatura (2019-2023). Damião faz uso de imóvel funcional desde 02/06/2016. Vale assinalar que a câmara possui 432 imóveis funcionais destinados à residência dos deputados federais em efetivo exercício. As unidades estão localizadas nas superquadras SQN 302, SQN 202, SQS 111 e SQS 311 do Plano Piloto; o auxílio-moradia constitui-se em verba facultada aos parlamentares não contemplados com imóvel funcional. Sua regulamentação está presente nos Atos da Mesa 15/1979, 10/1983, 104/1988, 03/2015 e Portaria 01/1986³. O governador Ibaneis Rocha Barros Junior (MDB) declarou o total R\$ 94.100.601,00 de bens em 2018; Ciro Gomes declarou R\$ 1,7 milhões dos quais mais de 70% são imóveis (GOEKING, W., 2012), em 2014 Michael Temer declarou o total de R\$ 7.521.799,27 bens ao TSE; em 2018 João Dória declarou o total de R\$189.859.904,76 bens ao TSE.

Em 2016, a Embrapa Territorial produziu um cálculo da área cultivada do país sendo 65.913.738 hectares (7,8%), a Nasa, por sua vez, calculou em 2017 a área de lavouras do Brasil que resultou em 63.994.479 hectares (7,6%); houve apenas 0,2%, para menos no caso da NASA⁴. O político com mais terras na Amazônia é o madeireiro Togo Soares (PMDB), prefeito de Uarini (AM), com 23 mil hectares. Pouco menos que a área das famosas Ilhas Cayman (CASTILHO, A. L., 2012, p. 31). Entre os maiores políticos latifundiários há Adair Henriques (PSDB) com 53.929,40 hectares; João Muniz Sobrinho (PSDB) com 48.514,77 hectares; Jayme

³ Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/transparencia/imoveis-funcionais-e-auxilio-moradia>> Acesso em: 29 mar. 2021.

⁴ Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1089331/1/4942.pdf>> Acesso em 12 jun. 2021.

Campos (DEM) com 32.105,38 hectares; Fernando Gorgen (PR) com 31.878,73 hectares; Tobias Carneiro (PMDB) com 26.084,63 hectares; Nilo Coelho (PP) com 24.978,60 hectares; Marino Franz (PPS) com 23.109,29 hectares; Nelson Cintra (PSDB) com 22.365,50 hectares; Íris Rezende (PMDB) com 21.523,81 hectares; Jango Herbst (PMDB) com 18.914,24 hectares; Sinval Silva PMDB 17.940,98 com hectares (ibidem, p. 27). O pecuarista Paulo da Cunha Freire (PT) declarou R\$ 28.571.000,00 em 2016, entre seus bens declarados há a fazenda Conceição da Altamira, e 4187 cabeças de animais bovinos; Normando Bessa declarou bens no volume de R\$2,345 milhões; o senador Neri Geller 1º Vice-Presidente Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na 56ª legislatura declarou R\$ 9.018.296,00. A porção R\$ 2.825.000,00 deste total provêm de bens relacionados da atividade rural.⁵

O senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) declarou, em 2010, R\$ 6.824.395,02 e teve um grande salto em sua renda quando declarou R\$ 30.011.401,21 em 2014; Hildon Chaves (PSDB) reeleito prefeito de Porto Velho em 2020 declarou R\$ 20 milhões, em 2016 Hildon declarou R\$ 11.261.219,90. Ronaldo Caiado declarou R\$ 8,1 milhões em bens em 2018, em 2010 declarou 8.241 hectares, suas 14 fazendas somam o total de R\$ 2.668.390,05 (CASTILHO, A. L., STANKEVICIUS, B. B., 2018). Os Caiados possuem origem rural e identificam-se fortemente com a sociedade agropastoril que se estruturou em Goiás passado o declínio da produção aurífera (CASTELLO, L. B., 2009, pág. 272). Em 2018 Juscelino Filho nascido em São Luís tem declarado 3,249 milhões entre seus bens há 8 fazendas, 1.110 cabeças de gado, seu pai, Juscelino Rezende, foi condenado a 6 anos por desviar R\$ 840 mil dos recursos repassados pelo FNS. Em 2018 Fernando Collor de Mello declarou R\$20.683.101,57 de bens, em média, R\$ 40 mil mensais de sua cota parlamentar são destinados para serviços em segurança, conservação, limpeza e jardinagem na propriedade de sua família (LINDNER, J., 2017).

Escolha do próprio subsídio

⁵ Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/candidatos/mt/deputado-federal/neri-geller,1122>> Acesso em: 28 mar. 2021.

O artigo 49 da constituição determina que é da competência exclusiva do Congresso Nacional:

VII - **fixar idêntico subsídio** para os **Deputados Federais e os Senadores**, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; VIII - **fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado**, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Grifo nosso)

Em 19 de janeiro de 1995 o senador Humberto Lucena sancionou o decreto legislativo nº 7, DE 1995 que fixou remuneração mensal dos membros do Congresso Nacional durante a 50ª legislatura de R\$ 3.000,00 (três mil reais); já o Congresso Nacional estipulou mediante o decreto legislativo nº 805, de 2010 o seguinte:

Art. 1º O subsídio mensal dos membros do Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, **referido nos incisos VII e VIII do art. 49 da Constituição Federal** é fixado em R\$ 26.723,13 (vinte e seis mil, setecentos e vinte e três reais e treze centavos). (Grifo nosso)

O decreto legislativo Nº 276, de 2014 afirma: “Art. 1º O subsídio mensal dos membros do Congresso Nacional, referido no **inciso VII do art. 49 da Constituição Federal**, é fixado em R\$ **33.763,00** (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais)”. (Grifo nosso) Como se ainda não fosse o suficiente, sancionou-se o Ato da Mesa nº 43, de 21/5/2009 que produz acréscimos pecuniários, entre eles o de R\$ 5.075,62 simplesmente ao Deputado que exercer o cargo de suplente de Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados, dá-lhes, ademais, o direito de cobrir despesas de embarcações, passagens terrestres, marítimas ou fluviais, serviços de segurança prestados por empresa especializada, passagens aéreas entre outras. Os limites mensais por deputados são o seguinte:

Quadro II -

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	VALOR DA COTA (R\$)
AC	44.632,46
AL	40.944,10
AM	43.570,12
AP	43.374,78

BA	39.010,85
CE	42.451,77
DF	30.788,66
ES	37.423,91
GO	35.507,06
MA	42.151,69
MG	36.092,71
MS	40.542,84
MT	39.428,03
PA	42.227,45
PB	42.032,56
PE	41.676,80
PI	40.971,77
PR	38.871,86
RJ	35.759,97
RN	42.731,99
RO	43.672,49
RR	45.612,53
RS	40.875,90
SC	39.877,78
SE	40.139,26
SP	37.043,53
TO	39.503,61

Fonte: Autor.

Ato da Mesa nº 31, de 03/04/2012 disciplina a concessão de diárias, de adicional de embarque e desembarque e de passagens aérea, a maioria dos deputados do Distrito Federal, no entanto, defende a manutenção de cotas aéreas para a bancada distrital (CORREIO BRAZILIENÇA, 2009)⁶. O uso do Ceap para compra de passagens aéreas internacionais

⁶Disponível

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2009/04/25/interna_politica,102168/maioria-dos-deputados-do-df-e-favoravel-ao-recebimento-de-passagens-aereas.shtml> Acesso em: 28 mar. 2021.

em:

depende de autorização prévia do Terceiro-Secretário da Mesa Diretora, o ato da mesa nº 95, DE 11/04/2013 determina que o Quarto-Secretário possui a estranhíssima atribuição de propor à Mesa Diretora a compra, venda, construção e locação de imóveis. De janeiro de 2007 a outubro de 2008, 261 deputados fizeram 1.881 viagens. (RODRIGUES, F., 2009)

Os parlamentares brasileiros ganham salário bruto de R\$ 33.763,00. Quantia esta é superior ao que o Presidente da República, vice-presidente e Ministros de Estado adquirem além da qual possuem auxílio-moradia, cota para o exercício da atividade parlamentar (Ceap), verba destinada à contratação de pessoal e despesas com saúde. Robespierre (2011) já assinalara “*Vous vous garderez bien de remettre à ceux qui gouvernent des sommes extraordinaires, sous quelque prétexte que ce soit, surtout sous le prétexte de former l'opinion.*”⁷. Desta arte, o despotismo no solo brasílico institucionalizou-se. Crises, personagem da *Ilíada*, após sofrer uma injustiça clama o deus Apolo:

κλῦθί μεν ἀργυρότοξ', ὄς Χρῦσην ἀμφιβέβηκας
Κίλλαν τε ζαθέην Τενέδοιο τε ἴφι ἀνάσσεις,
Σμινθεῦ εἴ ποτέ τοι χαρίεντ' ἐπὶ νηὸν ἔρεψα,
ἢ εἰ δὴ ποτέ τοι κατὰ πύονα μηρί' ἔκηα
ταύρων ἠδ' αἰγῶν, τὸ δέ μοι κρήνην ἐέλωρ:
τίσειαν Δαναοὶ ἐμὰ δάκρυα σοῖσι βέλεσσιν.⁸

Nós, brasílicos modernos, pelo contrário, não clamaremos a um deus mitológico a fim de que possamos resolver uma injustiça, de modo distinto, inseridos em uma democracia liberal, clamaremos a lei; esta por dar a possibilidade de que os parlamentares aumentem seu salário necessita ser alterada. Uma possibilidade é a descentralização do poder, Robespierre (2011) já dissera: “*Que le pouvoir soit divisé: il vaut mieux multiplier les fonctionnaires publics que de confier à quelques-uns une autorité trop redoutable*”⁹ O salário mínimo dos brasileiros reajustado para R\$ 1.100,00 a partir de 1º de janeiro de 2021 representa 3,2% do subsídio

⁷“Tende cuidado para não entregar somas extraordinárias aos governantes, sob qualquer pretexto, nomeadamente sob o pretexto de formar opinião pública.” (Tradução nossa)

“Ouve-me, ó deus do arco argênteo, que Crisa, cuidadoso, proteges,
e a santa Cila, e que tens o comando supremo de Tênedo!

Ajudador Já te tenho construído magníficos templos,
bem como coxas queimado de pingues ovelhas e touros.

Ouve-me, agora realiza este voto ardoroso, que faço:

Possas vingar dos Aqueus, com teus dardos, o pranto que verto.” (NUNES, C. A., 2015)

⁹“Que o poder seja dividido: é melhor aumentar o número de funcionários públicos do que confiar uma autoridade formidável a alguns.” (Tradução nossa)

parlamentar. Deste modo, fica concluído a necessidade da remoção do inciso supracitado que atribui a competência ao Congresso Nacional da escolha do próprio subsídio, assim como a proibição de atos da Mesa, e quaisquer atos legislativos, que visem quaisquer benefícios pecuniários, de ressarcimento e afins com a finalidade de auxílio na própria atuação laboral.

Em 2019 a Câmara dos Deputados gastara R\$ 93 milhões com assistência médica e odontológica de parlamentares e servidores de janeiro a junho, em um caso específico o deputado pastor Marco Feliciano, *sine scrupulo*, em razão de um tratamento odontológico feito em Luziânia, foi reembolsado em R\$ 157 mil, ademais, afirmara: “É um tratamento caro, mas foi para saúde, e não para estética. Foi para poder trabalhar. Como sou empregado, e onde trabalho há esta alternativa, eu precisava do tratamento.” (CORREIO BRAZILIENSE, 2019)¹⁰

Foram gastos R\$ 16,8 milhões pela Câmara dos Deputados em 2019 em razão da contratação de serviços de consultoria legislativa. Embora tivesse 29 assessores no gabinete, Vincentinho Júnior (PL-TO) tivera o custo de 330.000,00 ressarcidos da verba indenizatória para despesas com consultoria; o deputado Gustinho Ribeiro (Solidariedade-SE) tivera o custo de R\$ 272.800,00; o deputado Domingos Neto (PSD-CE), R\$ 270.000,00; o deputado Loester Trutis (PSL-MS), R\$ 251.965,00; o goiano Alcides Rodrigues (Patriota), R\$ 211.550,00. Em 2020, o Governo Federal gastou mais de R\$1,8 bilhão de reais em alimentação, entre os gastos encontram-se R\$ 31 milhões em refrigerante; R\$ 15 milhões em leite condensado; R\$ 2,2 milhões em chiclete e R\$ 1,8 milhão em geleia de mocotó, R\$ 16 milhões em batata frita embalada; R\$ 1,2 milhão em pizza, R\$ 6,2 milhões em massa de pastel, R\$ 21 milhões em iogurte; R\$ 2,3 milhões em grão de bico. Vale assinalar que despesas com assessores no Senado chegaram a R\$ 388,2 milhões, entre os que mais custearam há Izalci Lucas (PSDB/DF) com 86 assessores, Renan Calheiros (MDB/AL) com 51 assessores, Roberto Rocha (PSDB/MA) com 52 assessores, Eduardo Gomes (MDB/TO) 59 assessores, Nelsinho Trad (PSD/MS) com 62 assessores, Fernando Collor (PROS/AL) com 67 assessores, Mailza Gomes (PP/AC) com 62 assessores, Lucas Barreto (PSD/AP) com 66 assessores, Telmário Mota (PROS/RR) com 50 assessores, Angelo Coronel (PSD/BA) com 39 assessores (ROVERE, F., 2019). Mattozzi e Merlo (2007) sustentam que um aumento no salário que um político recebe durante o mandato diminui a qualidade média dos indivíduos que se tornam políticos, diminui a rotatividade no

¹⁰Disponível

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/03/interna_politica,775347/tratamento-dentario-de-feliciano-custa-r-157-mil-para-camara.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2021.

cargo e pode diminuir ou aumentar a média qualidade dos políticos de carreira; Fisman et al. (2015), usando dados sobre Membros do Parlamento Europeu, sustentam que o aumento dos salários aumenta a fração de deputados que concorrem à reeleição, todavia diminui a qualidade dos deputados eleitos (substituída pela qualidade do colégio), que salários mais altos induzem mais competição política, além do mais, que o salário não tem impacto perceptível no esforço ou na produção da legislação.

Na Suécia nenhum deputado tem secretária particular, e sequer pode contratar assessores; se porventura o familiar de um parlamentar passa uma temporada no imóvel funcional, o deputado tem prazo de um mês para ressarcir o erário pelos dias de pernoite; acresce que deputados suecos não recebem verba indenizatória para aluguel e manutenção de escritórios políticos em suas bases eleitorais, também não recebem para alimentação, locação de móveis e equipamentos, material de expediente, assinatura de TV a cabo ou assinatura de publicações em suas regiões de origem (WALLIN, 2019).

Apontamentos finais

A ampla discricionariedade advinda do inciso VII do artigo 49 da Constituição de 1988 constitui o elemento que permite o abismo salarial entre parlamentares e cidadãos; concluimos que a solução para inibir tamanha desigualdade é retirar a competência do Congresso Nacional de fixar idêntico subsídio para os deputados federais e os senadores, além de, descentralizando o poder, acrescer a impossibilidade de promulgarem atos legislativos que visem quaisquer benefícios pecuniários, de ressarcimento e afins com a finalidade de auxílio na própria atuação laboral.

Referências Bibliográficas

CAMARGO, Marcelo. Fux abre inquérito contra Blairo Maggi por organização criminosa no MT. **Metrópoles**, 25 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/justica/fux-abre-inquerito-contrablairo-maggi-por-organizacao-criminosa-no-mt?amp>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CASTILHO, Alceu Luis. **Partido da Terra**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILHO, Alceu Luis; STANKEVICIUS, Bruno Bassi. Responsável por popularizar Termo “Ruralista”, Caiado tem 14 Fazendas em Goiás. **De Olho nos Ruralistas**, 08 de abril de 2019. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/09/30/responsavel-por-popularizar-termo-ruralista-caiado-tem-14-fazendas-em-goias/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DAMÉ, Luiza. Empresários e profissionais liberais são maioria na nova Câmara, **AGÊNCIABRASIL**, 10 outubro de 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2018-10/empresarios-e-profissionais-liberais-sao-maioria-na-nova-camara>> Acesso em: 28 fev. 2021.

ENGLES, Icaro Gabriel da Fonseca. Ricos e políticos: uma análise da origem familiar, trajetória profissional e carreira política dos 30 deputados federais brasileiros com maior patrimônio econômico da 55ª Legislatura (2015-2019). **Colombia Internacional (95): 137-164**. DOI: <https://doi.org/10.7440/colombiaint95.2018.06>. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/812/81256886006/html/index.html>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

FISMAN, Raymond et al. Labor Supply of Politicians. **Journal of the European Economic Association**, v.13, Ed.5, 1 de outubro de 2015, páginas 871–905. DOI: <https://doi.org/10.1111/jeea.12141>. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jeea/article/13/5/871/2319792>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

GOEKING, Weruska. Ciro Gomes declara patrimônio de R\$ 1,7 milhão; mais de 70% são imóveis. **Infomoney**, 2018. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/politica/ciro-gomes-declara-patrimonio-de-r-17-milhao-mais-de-70-sao-imoveis/>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

GONÇALVEZ, Carolina. Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/claudio-joao-vice>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

KONCHINSKI, Vinicius. Brasil elege 1.137 prefeitos milionários; mais rico diz ter R\$ 440 milhões. **UOL**, Curitiba, 16 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/16/1137-milionarios-sao-eleitos-para-prefeito-mais-rico-tem-r-440-mi.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

LINDNER, Júlia. Senado paga despesas da Casa da Dinda para Collor. Senado, 2017. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/541037/noticia.html?sequence=1>> Acesso em: 28 mar. 2021.

MARCELINO, Pereira Fernando. Breve Estudo Genealógico de Cecílio do Rego Almeida. **Revista NEP** (Núcleo de Estudos Paranaenses) Curitiba, v.2, n.2, p. 26-41, maio 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/nep.v2i2.4698.1> ISSN: 2447-5548. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/46981>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

MATOS, Thaís. 1 em cada 5 prefeitos eleitos no 1º turno é milionário. **G1**, 16 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/16/1-em-cada-5-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-e-milionario.ghtml>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

MATTOZZI, Andrea; MERLO, Antonio. Political careers or career politicians? **Journal of Public Economics**, volume 92, Issues 3–4, April 2008, Pages 597-608. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2007.10.006>. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0047272707001934?via%3Dihub>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

PEREIRA, Felipe. Metade do Congresso eleito é milionário; mais rico tem R\$ 240 milhões. **UOL**, 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/09/metade-do-novo-congresso-e-milionario.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ROBESPIERRE, Maximilien. **Discours par Maximilien Robespierre — 17 Avril 1792-27**. [S.l.: s.n.] 2011.

RODRIGUES, Fernando. Deputados fazem viagens internacionais pagas pela Câmara. **UOL**, 2009. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/escandalos-congresso/viagens-internacionais.jhtm>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

ROVERE, Flávio. Despesas com assessores no Senado chegam a R\$ 388,2 milhões por ano. **Diário do Nordeste**. 15 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/despesas-com-assessores-no-senado-chegam-a-r-388-2-milhoes-por-ano-1.2175389>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

WALLIN, Claudia. Suécia, o país onde deputados não têm assessores, dormem em quitinete e pagam pelo cafezinho. **BBCNEWSBRASIL**, Estocolmo: 16 de fevereiro 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47198240?fbclid=IwAR2kb08A2Xtzy-EVJCVlguAXXqjIEIfDarxTk-XMgWKz-k73cYlxa8RAk>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

Recebido em: 30 mar. 2021.

Aceito em: 2 jun. 2021.